

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1745/2024-PGJ, DE 23.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Autorizar os Promotores de Justiça a se ausentarem de suas comarcas para comparecerem à solenidade de posse do Procurador-Geral de Justiça, no dia 3 de maio de 2024, às 18h30, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, na Av. Waldir dos Santos Pereira, s/n, Parque dos Poderes, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1747/2024-PGJ, DE 24.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido de 28.10.2003 a 2.5.2004 e de 3.5.2019 a 28.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00003921-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-451/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Wellington Montessi Yule, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 5 a 14.8.2024 e de 10 a 19.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1 a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-452/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Francisco Ferreira Filho, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024 e de 20 a 29.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 5 a 14.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-453/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 5 a 14.3.2025 e de 15 a 24.10.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-454/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Fabricio Caciano Messias Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 5 a 24.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 20 a 29.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-455/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Cecilio Leandro Echeverria, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 18 a 27.11.2024 e de 3 a 12.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 17 a 26.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-456/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Tânia Batista Rosa Buzzachera, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 1 a 10.7.2024 e de 7 a 26.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-457/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ellen Tápia Vargas, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 17 a 26.6.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-458/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alessandro Alcides Bogo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-459/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Gustavo da Silva Andrade, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 9 a 18.12.2024 e de 7 a 16.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 22 a 31.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-460/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 5 a 14.11.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-461/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Brunna Grespan Gomes, referente ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 10 a 19.7.2024, de 9 a 18.10.2024 e de 5 a 14.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-462/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, referente ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 2 a 11.9.2024 e de 22.4 a 1º.5.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 3 a 12.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-463/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Patrick Arruda Santana, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 3 a 12.3.2025 e de 7 a 16.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 10 a 19.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-464/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Thiago Russo Nantes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 17 a 26.7.2024 e de 20 a 29.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-465/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 17.6 a 6.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 29.7 a 7.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-466/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Nilson Antonio Verga, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 8 a 27.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 28.6 a 7.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-467/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Bruno de Abreu Cáceres, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 3 a 12.6.2024, de 29.10 a 7.11.2024 e de 13 a 22.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-468/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024 e de 7 a 16.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 17 a 26.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-469/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Arielle Silva Steiner, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 10 a 19.7.2024 e de 9 a 18.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 5 a 14.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-470/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Ivan Arruda Santos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 26.6 a 5.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 10 a 19.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-471/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Anderson Aparecido dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 17.6 a 16.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-472/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 23/04/2024, as férias do(a) servidor(a) Jorge Charbel Berto Nasralla, concedidas por meio da Portaria nº e-96/2024-PGJ, de 29.1.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 02/10/2024 a 10/10/2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-473/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-181/2024-PGJ, de 16.2.2024, que concedeu férias à servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, de forma que, onde consta: "de 2 a 11.5.2024", passe a constar: "de 4 a 13.11.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-474/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-119/2024-PGJ, de 2.2.2024, que concedeu férias à servidora Luciane Freitas de Lima, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 12 a 21.8.2024", passe a constar: "a serem usufruídas de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 17 a 26.6.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-475/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-322/2024-PGJ, de 15.3.2024, que concedeu férias ao servidor Ivo Oliveira da Silva, de forma que, onde consta: "de 10 a 19.12.2024", passe a constar: "de 7 a 16.1.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-476/2024/PGJ, DE 24.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-726/2023-PGJ, de 21.6.2023, que concedeu férias ao servidor Gustavo da Silva Andrade, de forma que, onde consta: "de 10 a 19.6.2024", passe a constar: "de 8 a 17.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-477/2024/PGJ, DE 24.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-117/2024-PGJ, de 2.2.2024, que concedeu férias à servidora Erika Maranhao de Castro, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas de 10 a 19.10.2024 e de 19 a 28.2.2025", passe a constar: "a serem usufruídas de 30.9 a 19.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 9ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 6 DE MAIO DE 2024.****1. Expedientes:****1.1. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****1.1.1. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003099-5:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000147-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001562-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001609-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000285-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000615-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001508-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000661-7.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001440-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000034-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000697-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001071-4.

46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001145-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001159-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001162-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001164-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001168-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001173-5.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001180-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001182-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001183-5.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001240-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001275-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001202-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000161-9.

1.1.2. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003103-9:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001728-7.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001805-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000901-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001145-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000909-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001367-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001406-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000056-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000059-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000731-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000670-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001052-5.

46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001117-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001139-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001148-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001151-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001167-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001170-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001253-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001448-7.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000050-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000101-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000973-3.

1.1.3. CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003104-0:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000687-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001439-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001463-9.

17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000102-6.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000831-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000853-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001046-9.

**46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001124-6.
Inquérito Civil nº 06.2022.00001133-5.
Inquérito Civil nº 06.2022.00001137-9.
Inquérito Civil nº 06.2022.00001153-5.
Inquérito Civil nº 06.2022.00001165-7.
Inquérito Civil nº 06.2022.00001172-4.
Inquérito Civil nº 06.2022.00001250-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001190-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001556-4.
Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001133-9.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001287-1.

1.1.4. CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000089-0:****3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001069-5.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000093-5:**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001078-7.
Inquérito Civil nº 06.2021.00001216-3.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento da Reclamação:****1. Recurso em Reclamação Disciplinar nº 10.2023.00000174-0 – SIGILOS**

Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5.123.

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:**2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007034-0**

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Corumbá

Recorrente: Bruno Emanuel Fonseca da Cruz

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Solicitar do Poder Público Municipal providências no sentido de melhorar as condições sanitárias e de infraestrutura do cemitério do Município de Ladário/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001353-0 – SIGILOS

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000347-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Eduardo Prandini



Assunto: Apurar a suposta ocorrência de dano ambiental, decorrente de construção irregular na Área de Preservação Permanente – APP do Rio Coxim, em imóvel rural de propriedade de Carlos Eduardo Prandini, situado no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001262-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Itaquiraí/MS

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Itaquiraí, em razão da concessão de licença-prêmio a servidora Luzia Aparecida de Oliveira, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2011 a 01 de abril de 2021 (Decreto nº 4.977/2021), em afronta ao disposto no artigo 8º, inciso IX, da Lei Complementar 173/2020.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001539-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000075-3 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00010205-9 – SIGILOSO

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000037-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Portal do Eldorado Incorporadora e Administradora LTDA.

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 0,09 hectares de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente e movimentações de terra com o fim de desviar curso hídrico, ocorridos no Loteamento Portal do Eldorado Quadra 1, no município de Bataguassu/MS.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00009665-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000728-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olímpio Macedo de Jesus

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 7,61 hectares de vegetação nativa, na "Fazenda Morro Alto" e "Fazenda Mirante", em Costa Rica/MS, conforme Parecer 541/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001002-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Felipe Fuliotto Peres

Assunto: Apurar desmatamento de 65,89 hectares de vegetação primária do "Bioma Mata Atlântica" conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 006/2ºGPMA/4ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021, na "Fazenda Monte Azul", em Tacuru/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000253-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00001394-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**6. Inquérito Civil nº 06.2024.00000063-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogério de Souza Torquetti - Prefeito do Município de Tacuru/MS

Assunto: Apurar possível prática de nepotismo, decorrente da nomeação de Edson Thiago Talini Cordoba para o cargo de Procurador-Geral do Município de Tacuru/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2024.00000180-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

2.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001356-0**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Ótica Afonso Pena

Assunto: Firmar Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com a empresa Silva & Siqueira LTDA – Ótica Afonso Pena, com a finalidade de adequar sua responsabilidade técnica.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001965-9

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência ao acesso do balcão de recepção e do sanitário na Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF São Benedito - Distrito Norte.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001714-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Iaguara Agropecuária S/A

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou inutilizá-la com infringência das normas de proteção de acordo como art. 38, da Lei 9605/98.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001719-8

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de acessibilidade na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF Los Angeles.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001352-9 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000708-6**

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Fátima do Sul/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade relacionada à inexistência de acessibilidade e ausência de extintores no prédio do CREAS de Fátima do Sul/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000804-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Kennio Barbosa Macedo e Keila Rosa Barbosa Macedo



Assunto: Apurar a existência de 3 hectares de processos erosivos de grandes proporções, com presença de voçoroca e exposição do lençol freático, na Fazenda Retirinho II, em Cassilândia/MS, conforme Auto de Infração nº 3513.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001443-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Jacinto Matias Freire Extensão Rural.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000269-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade “Fazenda São Luiz”, Gleba 2, pertencente à Empresa Latsul-Laticínios Sul-Matogrossense EPP, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000273-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sergio Zanella

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental, conforme Ofício nº 360/2016/CAOMA.

6. Inquérito Civil de nº 06.2020.00000279-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito/MS

Assunto: Apurar o despejo de resíduos sólidos nos lixões das Comarcas que fazem parte do Acordo Judicial no bojo da Ação Civil Pública de nº 0801422-40.2014.8.12.0013, dentre eles o de Bonito/MS, em desacordo com as exigências legais.

7. Inquérito Civil de nº 06.2022.00000516-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001369-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação (EMEI Jasmim Ibrahim Bacha).

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001374-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação (EMEI José Ramão Cantero).

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001381-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação (EMEI Zarife Martins França).

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001388-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação (EMEI Maria Cristina Ocáriz de Barros).

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001406-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação (EMEI Tia Eva).

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001410-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação (EMEI Sônia Helena Baldo Bernardo dos Santos).

14. Inquérito Civil de nº 06.2023.00000006-4 – SIGILOSO

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001964-8**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação de direito/garantia de acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida na Unidade Básica de Saúde/UBS Rural Rochedinho.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001317-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Celso Marques de Oliveira e Eni Ribeiro Pierri de Oliveira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Amapá, decorrente da supressão vegetal “desmate” a corte raso de 4,90 hectares sem licenciamento ambiental.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000958-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Edeilson Ajala Casanova e Ana Cláudia da Silva Santos Casanova

Assunto: Analisar os autos de infração nº 5679, 5680 e 5681 elaborados pela Polícia Militar Ambiental e que se referem ao Sítio Corguinho Parte 1.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001354-0 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000359-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Chácara Porção do Lageado, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpe o artigo 29, §3º, do Código Florestal.

**6. Inquérito Civil nº 06.2023.00001181-7**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Jacques da Luz “Moreninha”, localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual será utilizado nas competições desportivas referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Série B - 2023.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00001220-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002256-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Paulo Henrique Zillo e Mirian Regina Zillo

Assunto: Apurar desmatamento irregular de 113,14 há no imóvel rural denominado Fazenda Santana, de propriedade de Mirian Regina Zillo e Paulo Henrique Zillo, localizada no município de Aquidauana/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001910-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

10. Inquérito Civil nº 06.2015.00000383-3

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Paraíso das Águas

Assunto: Apurar supostas irregularidades na rede pública de ensino, especialmente quanto às deficiências da estrutura de funcionamento e de recursos humanos das escolas municipal e estadual, inclusive ausência de CEINF.

11. Inquérito Civil n.º 06.2017.00001223-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Ambrosio Dias e Zenira Serrou Bonfim Nishihira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente na supressão vegetal de origem nativa em oito hectares, na propriedade denominada Fazenda Bonfim, localizada no município de Camapuã, de propriedade de Zenira Serrou Bonfim Nishihira, arrendada por Ambrosio Dias.

12. Inquérito Civil n.º 06.2018.00001058-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

13. Inquérito Civil n.º 06.2023.00001020-7

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a oferta de atendimento hospitalar em nefrologia pediátrica e procedimentos de hemodiálise pelos hospitais públicos e conveniados ao SUS de Campo Grande.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001247-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal IAGRO e Vigilância Sanitária do Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Averiguar as medidas administrativas empreendidas na tutela do consumidor e das normas sanitárias em relação aos fatos objeto do Boletim de Ocorrência nº 955/2021.

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000007-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alice Aiko Suzuki e outros

Assunto: Apurar suposto dano ambiental na propriedade rural Fazenda Monte Alegre, localizada em Coronel Sapucaia.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00001055-1

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelo Município de Antônio João a fim de adotar medidas sanitárias frente à alta incidência de casos de dengue em seu território, atualmente o município de Mato Grosso do Sul com a maior taxa de casos prováveis da doença.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00010594-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Recorrente: Renato Carlos Rodrigues Tosta

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa, em tese, praticado pelo Vereador Fernando Barbosa Castro.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000887-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Urbel Pecuária LTDA EPP e Nabor Barbosa Filho

Assunto: Apurar a supressão de 9,08 hectares em área remanescente de vegetação nativa e de reserva legal, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Morro Verde, em Bonito/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 120/22/NUGEO.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001305-9 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000683-1

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar o cumprimento das Recomendações constantes dos Relatórios de Auditoria DENASUS números 25/2013 e 205/2017.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000098-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002567-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Prefeitura Municipal de Amambai

Assunto: Coletar informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências para compelir o poder público municipal a tomar as providências cabíveis quanto à remoção ou regularização das pessoas invasoras de área pública.

Advogado: Caio Fachin – OAB/MS nº 14.490.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000261-7

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar a regularização do atendimento aos direitos das pessoas com deficiência física, quanto à acessibilidade



arquitetônica nas escolas municipais, em observância às Leis Federais n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, ao Decreto Federal n. 5.296/2004 e às normas constantes na Deliberação do Conselho Estadual de Educação CEE/MS n. 7.828/2005.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001315-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Claudinê Wagner Franco

Assunto: Apurar supressão vegetal ilegal de áreas que perfazem 327,33 hectares, ocorrida na "Fazenda Campo Eunice", de propriedade de Claudinê Wagner Franco, localizada no município de Aquidauana/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000802-2

1ª Promotoria do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Moacir Duim Júnior

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,26 hectares em área de savana arborizada sem floresta de galeria, na "Fazenda Tupã" e parte da "Fazenda Poção - Área B2", em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 144/20/NUGEO.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000936-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Dolor Conceição Santos Boeira

Assunto: Apurar supressão irregular na Fazenda Cruzado, conforme Laudo Técnico n. 014/2020 do NUGEO/Bonito.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000271-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Joao Carlos Pozzobon e Paulo Cezar Pozzobon

Assunto: Apurar desmatamento de 13,96 hectares no ID 39 e 7,17ha no ID 262, em área de vegetação nativa, na Fazenda Dois Meninos do Piquiri, em Pedro Gomes, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 303/19/NUGEO.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000819-6

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supressão de 2,97 ha de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida no imóvel rural "Fazenda Maracujá - Gleba B", objeto do Parecer Nugeo n. 01/22/NUGEO e Auto de Infração n. 009477/2022 – IMASUL.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00001004-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jean Luiz Rezende Souza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 40 hectares de área queimada, totalizando 80 montes (leiras) de queima ao ar livre, na Fazenda Vista Alegre (Estiva), em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Relatório de Fiscalização Ambiental Nº 067/ 3ª CIA/BPMA – Coxim/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000149-2 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001259-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de



Educação, no presente caso da Escola Municipal Padre Tomaz Ghirardelli, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001291-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Escola Municipal Santos Dumont

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção das escolas da rede municipal de educação, no presente caso, a Escola Municipal Santos Dumont, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001370-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção das escolas da rede municipal de educação, no presente caso, da EMEI João Garcia Carvalho Filho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

13. Inquérito Civil nº 06.2023.00000622-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

14. Inquérito Civil nº 06.2023.00001111-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Iguatemi

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação direta do servidor Gustavo Turatto Ledesma, pela Prefeitura Municipal de Iguatemi.

2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000422-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agropecuária Morro Alto Eireli e Luiz Antonio Arruda

Assunto: Apurar a irregularidade ambiental detectada pela Polícia Militar Ambiental na propriedade denominada Fazenda Conquista, consistente na exploração ilegal de 3 (três) árvores localizadas dentro da reserva legal, bem como a circulação de animais bovinos dentro de tal área protegida.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000904-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nilson Lima, Fabricio Miyasaki, Wanderley Rodrigues da Costa e Wanilton Rodrigues da Costa

Assunto: Apurar supressão vegetal possivelmente ilegal de 65,25 hectares na “Fazenda Minha Mãe”, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 126/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000068-6 – SIGILOSO

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001077-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Albenis Marques de Souza e Maria Aparecida da Silva Souza

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes do pagamento injustificado de horas extras à servidora pública municipal.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000755-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Lopes Neto

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental localizada na Fazenda Recanto, no Município de Chapadão do Sul/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001511-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rodrigo Pess

Assunto: Apurar a exploração e enterramento de 51,2 hectares de vegetação nativa, bem como a queima de 05 (cinco) leiras, correspondentes a 1,24 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Santa Inês, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Autos de Infração n. 3514/IMASUL e 3515/IMASUL e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 023/2ºPEL/6ªCIA BPMA/2022.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000231-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alessandro Victorelli

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,26 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Buriti, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 13/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PREGÃO 02/PGJ/2024 - ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 09.2023.00008077-0

UASG – 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao **Pregão nº 02/PGJ/2024 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00008077-0)**, destinado à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento a título de comodato, com identificação automática do condutor, com liberação do veículo apenas após essa identificação, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a sessão de abertura foi **suspensa** para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 008/CONV-MPMS/2024 ENTRE MPMS E MPTO**

Processo: 09.2024.00001636-0

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Luciano Cesar Casaroti**.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Estabelecimento de condições de cooperação entre os partícipes com vistas ao desenvolvimento permanente do Portal das Fundações e do Sistema Informatizado para Prestações de Contas (SIPREC), sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 22.04.2024 a 22.04.2029.

Data da assinatura: 22 de abril de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art.5º, §2º, da Resolução n.º 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ n.º 0027927-30.2020.8.12.0001 e SAJMP n.º 08.2020.00156201-9, em que constam como investigado (a/s) "à apurar"² e vítima(s) Ana Lucia Camilo, conforme se transcreve: "Assim, em que pese o esforço empreendido pela Autoridade Policial, não foi possível até a presente data identificar o suposto autor, uma vez que as pessoas cadastradas nas linhas telefônicas utilizadas pelo golpista não estavam envolvidas, além de não ser possível obter êxito com as câmeras de segurança do banco e localiza-lo através de informações do caixa eletrônico utilizado pelo autor."

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2024.

MARCUS VINICIUS TIEPPO RODRIGUES

Promotor de Justiça

¹§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

²Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**Nº MP 08.2023.00112319-4****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 20ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à Sra. Nerian Correa Martins a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0916936-62.2023.8.12.0001, em que consta como investigado Lucas Villegas Campos, em razão de legítima defesa (excludente de ilicitude), sem prejuízo do estatuído no art. 18 do Código de Processo Penal.

Campo Grande, 16 de abril de 2024.

DOUGLAS OLDEGARDO CAVALHEIRO DOS SANTOS

Promotor de Justiça

Nº MP 08.2024.00050543-7**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Nelson Galeano Benites, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0002544-11.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Magdiel Altini, e como vítima Carlos Emanuel Ortiz Galeano, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0003/2024/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001061-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bluefit Academia de Ginástica e Participações S.A. - com sede na Rua Ceará, nº 891, Jardim dos Estados - CEP: 79020-360, Campo Grande - MS.

Assunto: Verificar eventual abuso cometido pela academia requerida quando o pagamento das mensalidades pelo aluno, se dá em dinheiro.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2024.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0004/2024/3IPJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhangá Park.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000260-0

Requerente: Jucelia Regina Mariano Silva

Requerido: Secretaria-Executiva de Compras Governamentais de Campo Grande/MS - SECOMP, SERTEC Engenharia & Serviços Técnicos Ltda-EPP

Assunto: Apurar irregularidades no Pregão Eletrônico nº 143/2023, Processo 16.856/2023-67, para contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuos de manutenção preventiva e corretiva de geradores, grupos motores geradores e em todo conjunto relacionado ao sistema, com o fornecimento de peças e mão de obra especializada para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0912709-92.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.N⁴ e vítima(s) N.G.V.S.N, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da atipicidade da conduta, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, requer o arquivamento do presente Inquérito Policial, com fundamento no artigo 18, do Código de Processo Penal, ressalvada a hipótese do artigo 18, do mesmo *códex*, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 23 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0909291-49.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) H.G⁶ e vítima(s) F.M.P, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 23 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0922942-85.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.V.S⁸ e vítima(s) E.O.T e E.M.L.O, conforme se transcreve: “Posto isso, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, o Ministério Público Estadual, requer seja declarada extinta a punibilidade do acusado J.V.S, quanto ao crime de ameaça, em virtude da prescrição, determinando-se o arquivamento do presente Inquérito Policial.”

Campo Grande-MS, 23 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2024/49PJ/CGR

CONSIDERANDO a existência do Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00003172-0, instaurado para acompanhar a análise da prestação de contas da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS, referente ao exercício financeiro de 2021;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, devendo atuar como Fiscal da Lei;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 8.625/1993 estabelece, em seu artigo 27, que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, e no exercício das atribuições a que se refere esse artigo, cabe, entre outras providências, expedir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no *caput* desse artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 018/2010-PGJ, em seu artigo 9º, inciso II, atribuiu à 49ª Promotoria de Justiça, como Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades de Interesse Social, o exercício de “*todas as funções do Ministério Público relativas a fundações e entidades do terceiro setor*”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, por meio da 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social apurar eventual ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário na atuação das Fundações, Associações e Entidades de Terceiro Setor;

CONSIDERANDO que entre outros aspectos, o velamento das Fundações por esta Curadoria, em atenção ao que disciplina o art. 66 do Código Civil brasileiro, abrange todas as ações necessárias para a verificação de que seus órgãos dirigentes estão realizando gestão proveitosa do patrimônio fundacional;

CONSIDERANDO que a Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS apresentou documentos referentes à prestação de contas do exercício financeiro de 2021, que foram analisados pelo DAEX (Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução) e este emitiu o Relatório e Análise de Prestação de Conta de Fundação n.º 027/DAEX/CORTEC-CE/2023, opinando pela não emissão do Atestado de Regularidade de 2021, uma vez que os registros contábeis da entidade não se encontravam formalmente de acordo com a técnica contábil vigente;

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Relatório Informativo expedido pelo DAEX, datado de 08 de março de 2024, onde são apontadas medidas a serem adotadas para a correção de erros contábeis de ajustes anteriores;

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



CONSIDERANDO que o Promotor de Justiça das Fundações, nos termos do art. 31 da Resolução n.º 008/2023-PGJ, após a emissão do relatório técnico pelo DAEX, apreciará as contas e adotará uma das seguintes medidas:

- I – emissão do atestado de regularidade na forma padrão, caso haja a aprovação das contas;
- II – pedido de complementação de documentos ou informações, a serem providenciados no prazo de 20 (vinte) dias; ou
- III – não aprovação, ficando a fundação sujeita às sanções previstas em lei, podendo ser ajuizada medida de intervenção ou até mesmo ação de extinção, independentemente da responsabilização dos dirigentes.

CONSIDERANDO que o membro do *Parquet*, forte na prerrogativa da independência funcional, não está adstrito a apreciar as contas conforme conteúdo relatado no relatório técnico, todavia, poderá formar seu convencimento com bases fincadas exclusivamente neste documento, por se tratar, sobretudo, de matéria que exige formação específica;

CONSIDERANDO que os recursos empregados pela FCPMS, em sua grande parte, têm origem nos cofres públicos, devendo toda atividade que envolva gestão de recursos oriundos do erário ser pautada pela lealdade, probidade e boa-fé;

CONSIDERANDO que a gestão imperscrutável de recursos públicos, considerada aquela que não atende o dever de clara divulgação e registro oficial de seus atos, especialmente daqueles destinados aos valores mais caros de uma sociedade – no caso aqueles destinados ao campo da saúde dos cidadãos – viola os princípios mais basilares insculpidos na Carta Magna;

CONSIDERANDO, por fim, que a recomendação é um hábil instrumento de atuação do Ministério Público, visando à solução administrativa, de modo a evitar a judicialização da questão;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, nos termos do art. 129, inciso VI, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e art. 27, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar Estadual n.º 072, de 19 de janeiro de 1994, e art. 5º, inciso XIII, da Resolução n.º 008/2023-PGJ, RECOMENDA à Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS as seguintes providências:

- Apresente doravante à esta Curadoria das Fundações relatório circunstanciado trimestral, elaborado pela auditoria independente, com informações acerca do atendimento do cronograma de execução do plano de ação de 30 de dezembro de 2023, bem como da manutenção das correções implementadas;
- Elabore e apresente um plano para implementar a integração do sistema MV ao sistema SISCAN (Ministério da Saúde), com escopo de eliminar o retrabalho e possíveis erros, haja vista que os lançamentos são feitos manualmente;
- Apresente o resultado do consenso entre a auditoria e o Hospital do Câncer de Campo Grande Alfredo Abrão (HCAA) quanto a forma adequada da contabilização do faturamento do SUS; e
- Apresente o fluxo adequado para o controle das glosas, com a definição do papel de cada área para as cobranças apontadas pelo Sistema MV.

Em atendimento ao disposto no art. 5º, inciso XIII, da Resolução n.º 008/2023-PGJ, este Órgão Ministerial SOLICITA que a Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS, por meio de sua Diretora-Presidente, manifeste-se por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quanto à intenção de acatar – ou não – a presente recomendação, parcialmente ou por inteiro.

Atenciosamente,

Campo Grande (MS), 10 de abril de 2024.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0034/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00057016-1 em que constam como investigado Claudio Fausto Souza e vítima Lozeni Machado Dos Santos Brondani conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANASTÁCIO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900439-14.2023.8.12.0052 ao investigado Cicero Gamarra de Lima¹⁰, conforme se transcreve: “Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Anastácio, 22 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900115-87.2024.8.12.0052 a investigada Marily Lopes Barbosa¹², conforme se transcreve: “Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Anastácio, 18 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁰ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

¹¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.: 09.2024.00001040-0****Recomendação 0001/2024/PJ/ANC**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça que subscreve o presente, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, e com fundamento na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, cujo dever de assegurar-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado na Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, oferece 19 (dezenove) vacinas para a população de forma gratuita no Calendário Nacional de Vacinação, sendo que todas passaram por rigorosos processos de avaliação, controle de qualidade e a aprovação para uso na população¹³;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 334/2022-CGPN/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, a qual expõe que para enfrentamento dos baixos índices de vacinação é primordial que sejam elaboradas estratégias conjuntas entre as equipes da Atenção Primária em Saúde, Educação e Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO que referido documento contextualiza a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), que se tornou estratégia de integração entre os setores para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação de políticas públicas nacionais;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Nota Técnica nº 334/2022-CGPN/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, recomendou adoção de diversas ações, dentre as quais, citam-se:

I) realizar análise intersetorial sobre a situação vacinal e sociodemográfica do território, sendo que as equipes de saúde e de educação podem planejar de forma articulada a realização de vacinação na escola, mediante a devida aprovação dos representantes da comunidade escolar e sempre associada a atividades de promoção da saúde que envolvam a sensibilização da importância da vacinação;

II) planejar ação conjunta para que os profissionais de saúde possam realizar a verificação da situação vacinal dos educandos, uma vez que exige conhecimento das vacinas, doses e intervalos recomendados, sendo importante que o profissional de saúde tenha acesso à caderneta de vacinação, a fim de avaliar o estado de proteção ou de vulnerabilidade vacinal e atualizá-la quando necessário;

III) realizar o alinhamento prévio entre as secretarias de saúde e educação, conforme a realidade local, para a captação dos estudantes por ocasião da efetivação da matrícula e apresentação da caderneta de vacinação a partir da avaliação do documento pelo profissional de saúde capacitado, a fim de encaminhar os não vacinados às UBS para atualizarem a caderneta de vacinação, de modo que a situação vacinal encontrada não será restritiva para a efetivação da matrícula;

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.Pdf>



IV) desenvolver ações de educação em saúde na escola direcionadas para a comunidade escolar com o objetivo de identificar aqueles que estão com os esquemas incompletos, sendo uma excelente oportunidade, por meio da articulação com a UBS, para garantir a atualização da caderneta de vacinação;

CONSIDERANDO que dados veiculados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF apontam que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo queda brusca, eis que a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, sendo que tal número inseriu o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo em 2022¹⁴;

CONSIDERANDO que, tal cenário traz à tona a retomada de doenças já erradicadas, como poliomielite, rubéola, e difteria, em razão da baixa cobertura vacinal, conforme dados da Agência Brasil¹⁵;

CONSIDERANDO que a omissão dos pais ou responsáveis legais em vacinar seus filhos/crianças sob sua responsabilidade configura violência (negligência/abandono), que deve ser notificada no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Lei Estadual n. 3.924, de 30 de junho de 2010, dispõe que é obrigatória, em todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul, a apresentação da Carteira de Vacinação dos alunos de até 18 anos, no ato de suas respectivas matrículas, em todas as escolas da rede pública ou particular, que ofereçam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1º da referida Legislação Estadual, prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, conforme cediço, a apresentação exclusiva da "carteirinha de vacinação" tem sido insuficiente para demonstrar a irregularidade vacinal, uma vez que funcionários da escola, no ato da matrícula, não possuem conhecimentos técnicos suficientes para constatar se o calendário vacinal de crianças e adolescentes estão incompletos, contribuindo para os baixos índices de vacinação;

CONSIDERANDO que referida situação constitui violação ao parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, o qual prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, conforme Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, de acordo com a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das ADI 6586 e 6587, fixou a tese de que *a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;*

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, em seu inciso V, prevê que os membros do Ministério Público devem incentivar ações de promoção e de ampliação da cobertura vacinal no âmbito dos municípios notadamente em relação à imunização infantojuvenil, visando à redução do risco de disseminação de doenças e de outros agravos, haja vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do Enunciado 1, emitido na IV Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, que estabeleceu que o Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para a tutela individual, com fundamento no art. 127, *caput* da CF/88, observado o disposto no Tema Repetitivo nº 766 do STJ e no Tema de Repercussão Geral nº 262 do STF;

¹⁴Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>>

¹⁵Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-o-brasil>>



CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seu artigo 5º que a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RECOMENDA

Ao Secretário Municipal de Saúde do Município de Anastácio/MS, Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, Secretário Municipal de Educação do município de Anastácio/MS e Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul a exigência de "atestado de situação vacinal" de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula junto a estabelecimentos de ensino público ou particular, a ser fornecido pela Unidade de Saúde de referência do aluno, a fim de comprovar a regularidade do calendário vacinal de crianças e adolescentes, ou seja, no "atestado de situação vacinal" deverá constar se todas as vacinas da criança e/ou adolescente estão em dia ou, em caso negativo, quais as vacinas faltantes.

Registre-se que a não apresentação do atestado de situação vacinal ou a apresentação do atestado com pendências não impedirá a matrícula do aluno, porém é imperioso que a situação seja regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias preconizado no artigo 2º da Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, sob pena de comunicação da escola ao Conselho Tutelar e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para as devidas providências, especialmente busca ativa do aluno para regularização do calendário vacinal.

I) NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:

A. Respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente Recomendação e, em caso de acatamento, deverão os gestores de saúde e educação dar ciência a todas as escolas do Município, públicas e privadas, acerca da obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo desta Recomendação;

B. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência - CAODH;

C. Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS;

D. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Anastácio/MS.

Anastácio, 29 de janeiro de 2024

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

AQUIDAUANA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0003381-64.2018.8.12.0005, em que constam como vítima Luiz Eduardo Amaro Lemos, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 24 de Abril de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900288-58.2024.8.12.0005, em que constam como vítima Ivo Franco Sachs, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 24 de Abril de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0031/2024/PJ/BVT

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900118-92.2024.8.12.0003 (MP Nº 08.2024.00046489-5), em que constam como investigado **Paulo Cesar Morinigo Pereira** e a Vítima **Josiely Pereira Escobar**, conforme se transcreve: "Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o **arquivamento** dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal".

Bela Vista/MS, 22 de abril de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL Nº 0032/2024/PJ/BVT

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900010-63.2024.8.12.0003 (MP Nº 08.2024.00046902-4), em que constam como investigado **Adroaldo Sanabria** e a Vítima **Ivanir Martins Duarte**, conforme se transcreve: "Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o **arquivamento** dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal".

Bela Vista/MS, 22 de abril de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça em substituição legal.

¹⁶ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

¹⁷ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**EDITAL N° 0033/2024/PJ/BVT****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900136-16.2024.8.12.0003 (MP N° 08.2024.00054004-5), em que constam como investigado **Everton Mendes Dias**, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o **arquivamento** dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Bela Vista/MS, 23 de abril de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N° 0034/2024/PJ/BVT**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900136-16.2024.8.12.0003 (MP N° 08.2024.00054004-5), em que constam como investigado **Adroaldo Sanabria** e a Vítima **Ivanir Martins Duarte**, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o **arquivamento** dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Bela Vista/MS, 23 de abril de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça em substituição legal.

BRASILÂNDIA

EDITAL N. 0007/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000114-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ACP Bioenergia LTDA

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 23071- IAGRO - ACP BIOENERGIA LTDA"

Brasilândia/MS, 23 de abril de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

¹⁸ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL N. 0008/2024/PJ/BRS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000115-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química SA

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente dos Autos de Infração 23546-U e 23547-U do IAGRO em face de SUMITOMO CHEMICAL."

Brasilândia/MS, 23 de abril de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0009/2024/PJ/BRS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000116-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ALTA - America Latina Tecnologia Agrícola LTDA

Assunto: "Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 23562-U do IAGRO em face de AMERICA LATINA TECNOLOGIA AGRICOLA LTDA."

Brasilândia/MS, 23 de abril de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0010/2024/PJ/BRS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000117-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Frederico Stoffel

Assunto: "Apurar eventual dano ambiental decorrente do Auto de Infração 23669-U do IAGRO em face de FREDERICO STOFFEL."

Brasilândia/MS, 23 de abril de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0011/2024/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000118-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: VCM Aviação Agrícola LTDA

Assunto: "Apurar eventual dano ambiental decorrente dos Autos de Infração 24288-U, 24289-U, 24291-U e 24292-U do IAGRO em face de VCM AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA."

Brasilândia/MS, 23 de abril de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

CAMAPUÃ**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900093-70.2024.8.12.0006, em que constam como investigado(a/s) A Apurar e vítima Oziel Gomes da Silva, conforme se transcreve: "Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à atipicidade da conduta, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal."

Camapuã - MS, 23 de abril de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

CHAPADÃO DO SUL**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul da comarca de Chapadão do Sul, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900087-40.2024.8.12.0046, em que constam como investigados **Ronaldo Pedro da Silva Braz dos Santos e Bianca Damasceno de Souza**, conforme se transcreve: "*Por consectário, certo é que não se identifica materialidade delitiva, mormente pela ausência do elemento subjetivo do delito, o dolo. Isso porque o que se extrai dos elementos angariados no feito é que os Investigados, ao deixarem de procurar o atendimento médico-veterinário adequado por conta da infestação de carrapatos, agiram com negligência, mas não dolosamente, porquanto não se identifica que as suas intenções seriam as de impor sofrimento ao animal. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial.*"

Chapadão do Sul/MS, 19 de abril de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

²⁰ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**CORUMBÁ****EDITAL Nº 0019/2024/02PJ/CBA****Inquérito Civil nº 06.2024.00000043-5.**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2024.00000043-5 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

Compromissário: **Thiago Pereira Leite Fae**

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000043-5 para apurar a supressão vegetal de fragmentos arbóreos em 29,84 hectares, não abarcados pela AA nº 2135/2022, no interior do imóvel rural "*Fazenda Campo Alegre – Gleba A*", matrícula nº 36.962, CARMS0082731, pertencente a Thiago Pereira Leite Faé, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Obrigação: 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada "*Fazenda Campo Alegre – Gleba A*", matrícula nº 36.962, CARMS0082731, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). 2) Manifestado o *interesse* em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, o Compromissário obriga-se a retificar o CARMS0082731 junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, com o fito de regularizar a área de 29,84 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior do imóvel rural "*Fazenda Campo Alegre – Gleba A*", matrícula nº 36.962, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)²¹, em 05 (cinco) parcelas mensais, com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, e as demais para o mesmo dia dos meses subsequentes, em favor do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário – CONSECOL, mediante transferência bancária (*Banco Bradesco nº 237, Agência nº 0188, Conta Corrente nº 62.412-8, CNPJ nº 16.729769/0001-85*), para fins de destinação vinculada ao 3º Grupamento de Bombeiros Militares de Corumbá/MS, para execução de projeto/orçamentos apresentados neste Órgão de Execução. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 22 de abril de 2024.

PEDRO MAGALHÃES DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

²¹ Valor obtido da multiplicação de 30 ha de área remanescente de vegetação nativa por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto nº 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).

**EDITAL N.º 0002/2024/07PJ/CBA****Autos do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n.º 09.2024.00003997-5**

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas 09.2024.00003997-5**, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Acompanhar os atos e diligências realizados para a mobilização social com o fim de incrementar as destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência e ao Fundo Municipal do Idoso, para o ano de 2024 (Campanha "Declare o Seu Carinho"), no Município de Corumbá/MS.

Corumbá/MS, 23 de abril de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça, em Substituição Legal

EDITAL N.º 0003/2024/07PJ/CBA**Autos do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n.º 09.2024.00003999-7**

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas 09.2024.00003999-7**, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar os atos e diligências realizados para a mobilização social com o fim de incrementar as destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência e ao Fundo Municipal do Idoso, para o ano de 2024 (Campanha "Declare o Seu Carinho"), no Município de Ladário/MS.

Corumbá/MS, 23 de abril de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça, em Substituição Legal

.....
COSTA RICA
.....

EDITAL N. 00015/2024/02PJ/KCA.**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado Lucas Rafael Paulo de Souza da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos 0900262-82.2023.8.12.0009, em que consta como investigado Lucas Rafael Paulo de Souza e como vítima Gêssica Rodrigues Leal, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 24 de abril de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA
Promotor de Justiça



DOURADOS

EDITAL N. 0010/2024/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001136-1

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Dourados.

Assunto: Apurar as providências adotadas para a efetiva instalação do terceiro Conselho Tutelar no MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS.

Dourados/MS, 23 de abril de 2024.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

ELDORADO

06.2020.00001089-4**EDITAL Nº 0005/2024/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2020.00001089-4 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade, podendo ser acessado em sua íntegra no link <<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>>

Área de atuação: Meio Ambiente

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Eldorado/MS

Compromissários: José Pascua Teles de Menezes, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.704.7607 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 369.135.708-30, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens com Maria Fernanda Carnio Teles de Menezes, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.339742-4 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 308.299.208-03, ambos brasileiros, pecuaristas, residentes e domiciliados na Rua Pará, nº 416, apto 161, bairro Consolação, CEP: 01243-020, em São Paulo/SP.

Objeto: Dano ambiental na Fazenda Macuco – Gleba "E", localizada no município de Eldorado/MS, composta pela matrícula nº 9.723, do Cartório do Registro de Imóveis de Eldorado/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o nº 0012563, totalizando aproximadamente a área de 10.186,9307 hectares. Coordenadas Geográficas da Sede da Propriedade: 23°47'29.68"S; 54°12'04.78"O, referente ao corte irregular de árvores nativas na extensão de 1,85 hectares, em área integrante do bioma Mata Atlântica; bem como área declarada de Reserva Legal não corresponde ao 20% exigido por lei, na propriedade mencionada supra.

Obrigações: CLÁUSULA PRIMEIRA: Os **compromissários** informam neste ato que o imóvel mencionado no Título II encontra-se devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural com o seguinte número: 0012563, comprometendo-se a, no prazo máximo de **03 (três) meses**, regularizar a área de Reserva Legal cadastrada no CAR para que passe a corresponder ao mínimo legal de 20% da extensão total do imóvel. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas. **CLÁUSULA TERCEIRA:** Para a recuperação das áreas degradadas, os **compromissários**, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotarão as seguintes providências: a) apresentarão um PRADA – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, juntando-se cópia do PRADA e de seu protocolo a este procedimento, no prazo de **03 (três) meses** da assinatura deste, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverão reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de Reserva Legal, do Parecer Técnico nº



010/DAEX/CORTEC-MA/2023 (fls. 349-355) e de **Mata Atlântica suprimida sem autorização ambiental a partir da data da vigência da Lei Federal n. 11.428/2006**²², bem como das áreas que contenham erosões ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de **2 anos**, sendo que o mesmo passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento; b) promoverão, no prazo máximo de **06 (seis) meses**, a contar da assinatura do TAC, o isolamento da área de reserva legal **na parte em que necessite de recuperação (para que forme o mínimo de 20% do tamanho do imóvel)**, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural, independentemente de outros incrementos, tais como plantio de mudas. Havendo opção por regularização da reserva legal extrapropriedade, esta obrigação ficará suspensa enquanto tramitar o pedido perante o Órgão Ambiental, ficando sem efeito caso haja aprovação. No caso de rejeição do pedido extrapropriedade, deverá ser cumprida em 30 dias a partir da intimação da decisão; c) promoverão, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da assinatura deste TAC, Carta Consulta ao IMASUL, oferecendo opções locais de área equivalente ao Parecer Técnico n. 010/DAEX/CORTEC-MA/2023 (fls. 349-355), que propiciem melhor benefício ambiental em relação aquele que seria obtido com o plantio nos locais das leiras onde ocorreria o dano, **informando bimestralmente** à Promotoria de Justiça sobre o andamento da Carta Consulta; d) promoverão, no prazo de **30 (trinta) dias** após resposta pelo IMASUL da Carta Consulta formulada, apresentação de PRADE, contendo cronograma físico/técnico de implementação das medidas de plantio da área a ser recomposta, conforme escolha do órgão ambiental; e) promoverão, no prazo máximo de **06 (seis) meses**, a contar da assinatura deste TAC o isolamento da área de Mata Atlântica, suprimida sem licença ambiental a partir de 23 de dezembro de 2006 (a qual não é passível de consolidação, já que este tipo de vegetação, seja primária, seja secundária em estágio avançado ou médio de regeneração, só é possível ser suprimida em hipóteses especiais, sendo vedada a compensação, conforme artigos 14, 17, 20, 21, I e 23, I e III, da Lei Federal n. 11.428/2006), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural; **PARÁGRAFO PRIMEIRO.** No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal e de Mata Atlântica, após o prazo para cercamento, configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento. **PARÁGRAFO SEGUNDO.** Os **compromissários** comprometem-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas. **PARÁGRAFO TERCEIRO.** A comprovação do cercamento da Reserva Legal, da área do Parecer Técnico nº 010/DAEX/CORTEC-MA/2023 (fls. 349-355) e da área de mata atlântica, **bem como a ausência de necessidade em razão de estarem devidamente preservadas ou recuperadas** será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado **em conjunto** com os **compromissários**, acompanhado da respectiva ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo. **PARÁGRAFO QUARTO.** A fiscalização do cumprimento do PRADA e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta. **PARÁGRAFO QUINTO.** As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento. **PARÁGRAFO SEXTO.** A inexistência de danos relativos à conservação de solo e de necessidade de trabalhos, bem como a não necessidade de PRADA para recuperação de áreas degradadas, será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado **em conjunto** com os **compromissários**, acompanhado de ART, podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC,

²² Lei nº 11.428/2006: "(...) Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei. ". **Data de Vigência da Lei nº 11.428/2006: 23 de dezembro de 2006.**



haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo. **PARÁGRAFO SÉTIMO.** Tendo em vista que a área do imóvel é considerada **Mata Atlântica**, aplicando-se ao caso a Lei Federal n. 11.428/2006, não poderão constar no Cadastro Ambiental Rural ou no Programa de Regularização Ambiental áreas consolidadas de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente, competindo a recuperação de toda a área de vegetação suprimida a partir de 23 de dezembro de 2006, sem a devida licença ambiental. **PARÁGRAFO OITAVO.** A identificação das áreas de **Mata Atlântica** suprimidas a partir da data de vigência da Lei Federal n. 11.428/2006, bem como se eram primárias ou secundárias e seu estágio, deverá constar do **PRADA** previsto nesta cláusula. **PARÁGRAFO NONO.** A presença de animais na área de reserva legal somente será admitida mediante autorização prévia em plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental, nos termos do artigo 17. § 1º, da Lei Federal n. 12.615/2012. **PARÁGRAFO DÉCIMO.** Caso a área desmatada, em tese, passível de autorização para desmatamento, estando fora da área de preservação permanente, Reserva Legal, de uso restrito e não sendo vegetação de Mata Atlântica, ficará dispensada a apresentação do PRAD e o seu cercamento, no caso de os **compromissários** optarem por fazer carta consulta ao IMASUL dentro do prazo de 30 dias. Em caso de rejeição da opção pelo órgão ambiental, os compromissários serão notificados para cumprir a presente cláusula no prazo estipulado neste TAC. **CLÁUSULA QUARTA:** Caso os **compromissários** pretendam aderir ao PRA – Programa de Regularização Ambiental previsto no artigo 59 da Lei Federal 12.651/2012, deverão fazer o protocolo do mesmo no prazo de **04 (quatro) meses após o prazo para a assinatura deste termo**, e respeitar os prazos e obrigações previstas neste TAC, prevalecendo aqueles que forem mais restritivos no caso de divergência entre este documento, o PRA e o Termo de Compromisso a ser firmado com o órgão ambiental. **CLÁUSULA QUINTA:** Os **compromissários** se comprometem a: I) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; II) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente; **CLÁUSULA SEXTA:** A título de indenização ambiental os **compromissários** comprometem-se a doar a soma de **R\$ 28.949,00 (vinte e oito mil novecentos e quarenta e nove reais)**, à Instituição devidamente cadastrada como entidade beneficiária de TAC, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012, valor a ser pago em uma única parcela, em até **30 dias da assinatura** deste TAC, para custear o Projeto CEIPPAM-UCDB (CNPJ nº 03.226.149/0015-87, Conta Corrente nº 13000305-1, Agência nº 4317, Banco Santander). **CLÁUSULA SÉTIMA:** O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Cidade ou à entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público. **PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A aplicação das penalidades previstas no caput se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável, incidindo-se por dia de atraso, neste caso, multa cominatória diária de 10 (dez) UFERMS até o cumprimento da obrigação assumida. **PARÁGRAFO SEGUNDO.** O não pagamento da multa sancionatória prevista na cláusula anterior, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês. **CLÁUSULA OITAVA:** A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas. **PARÁGRAFO ÚNICO.** A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental. **CLÁUSULA NONA:** O **compromitente** poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelos **compromissários** no prazo fixado na notificação ou requisição. **CLÁUSULA DÉCIMA:** Os **compromissários** obrigam-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis; **PARÁGRAFO ÚNICO.** Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o **compromitente** exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, os **compromissários** se obrigam a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se os **compromissários** transferirem a propriedade sem



cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se os **compromissários** transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O adquirente do imóvel descrito no título I deste TAC, total ou parcialmente, sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os **compromissários** deverão, no prazo de **02 (dois) meses**, averbar este TAC na matrícula do imóvel, bem como informá-lo ao órgão ambiental junto ao Cadastro Ambiental Rural a ser inscrito, sendo que, de qualquer forma, autorizam desde já esta Promotoria de Justiça a solicitar via ofício tal providência ao Cartório de Registro e ao órgão ambiental (IMASUL). **Após o cumprimento integral do TAC, será emitida certidão de quitação do mesmo para averbação na matrícula.** **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784, IX, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

Eldorado/MS, 19 de abril de 2024

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça

ITAQUIRAÍ

EDITAL Nº0015/2024/PJ/ITQ

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso, 350 - Centro - CEP: 79.965-000 Itaquiraí. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002809-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: Acompanhamento do índice de cobertura vacinal de crianças e adolescentes na cidade de Itaquiraí/MS.

Naviraí, 18 de abril de 2024.

JANAINA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº0014/2024/PJ/ITQ

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso, 350 - Centro - CEP: 79.965.00 Itaquiraí/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000341-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquira/MS e Gabriel Ricardo Sousa Rocco

Assunto: Apurar a regularidade no funcionamento do estabelecimento comercial "Tabacaria" no que concerne à segurança dos consumidores, observância do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação ambiental.

Naviraí, 18 de abril de 2024.

JANAINA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça



PEDRO GOMES

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000023-76.2024.8.12.0039, em que consta como investigado *A apurar* conforme se transcreve: "por meio dos elementos informativos colhidos durante a persecução criminal preliminar, verifica-se que a autoria do fato delituoso é desconhecida, tornando temerária eventual propositura de ação penal. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo **ARQUIVAMENTO** do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 19 de abril de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0005/2024/02PJ/RRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I, Ribas do Rio Pardo/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000242-2.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Olga Cristina de Arruda Ramos Saito, Laurindo Satoru Saito, Geraldo Mateus Campos Reis

Assunto: Parecer n.º 07/16/Nugeo e Parecer n.º 08/16/Nugeo: apurar o desmatamento de 53,29 hectares de vegetação nativa, no período de 03/08/2013 a 09/10/2014, no interior do imóvel rural "Fazenda Santa Rita" (CARMS0008318), pertencente a Olga Cristina de Arruda Ramos Saito; e o desmatamento de 8,58 hectares de vegetação nativa, no período de 13/08/2013 a 09/10/2014, no interior do imóvel rural "Fazenda Pontal da Água Limpa" (CARMS0013432), pertencente a Laurindo Satoru Saito, ambos sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Ribas do Rio Pardo/MS, 26 de março de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0004/2024/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000880-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rafael Antonio Franco Guedes

Assunto: Apurar o desmatamento de 7,12 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Recanto Segredo, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização do órgão competente, conforme o Auto de Infração n.º 009737/2023 e Laudo de Constatação n.º 012753/2023 - IMASUL.

São Gabriel do Oeste, MS, 23 de abril de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO
Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0005/2024/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000863-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Agropecuária Canziani MS LTDA.

Assunto: Apurar a supressão de 3,91 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Bonito, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 328/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

São Gabriel do Oeste, MS, 23 de abril de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

EDITAL N.º 0006/2024/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000968-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Leonardo Garcia Terra Ferreira da Cunha, Carolyne Garcia Terra Dittmar Duarte, Amelia Garcia Terra

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,21 hectares de Vegetação Nativa, na Fazenda Herculânea, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 0037/2ºPEL PMA-São Gabriel do Oeste/MS.

São Gabriel do Oeste, MS, 23 de abril de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0801781-48.2023.8.12.0021, em que constam como investigado Filó Garcia Martinelle e vítima Maria Inês de Oliveira Santos, conforme se transcreve: ante a ausência de elementos mínimos de materialidade da infração penal, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, ressalvado, evidentemente, o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 23 de abril de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA

Promotor de Justiça

²³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”